IMPÔSTO SOBRE EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL — IMPÔSTO TERRITORIAL — IMPÔSTO SOBRE A RENDA — BITRIBUTAÇÃO — COMPETÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO

— A bitributação proibida em nosso direito é a que se define pela coexistência de dois impostos oriundos da competência concorrente facultada aos Estados e à União. Resolve-se pela prevalência do imposto federal, automaticamente, sem envolver o exame da constitucionalidade dos tributos, ambos os quais são pressupostamente constitucionais.

— O imposto sobre exploração agrícola e industrial e o imposto territorial rural não se confundem, porque incidem sobre objetos diversos: o primeiro sobre o que a terra produz, e o segundo sobre a terra em si.

— Cabendo ao Estado o tributo sobre a exploração agrícola e industrial, que não se confunde com o imposto sobre a renda, a transferência daquela competência ao Município é conforme à Constituição, arts. 24, 28 e 181.

TRIBUNAL DE APELAÇÃO DE SANTA CATARINA

Inácio Pietrovsky versus Fazenda Municipal de Canoinhas

Agravo n.º 1.529 — Relator Sr. Desembargador

URBANO SALES

Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo, da comarca de Canoinhas, em que é agravante a Fazenda Municipal e agravado Inácio Pietrovsky, e recorrente, *ex-officio*, o Dr. Juiz de Direito:

I. A Fazenda Municipal de Canoinhas propôs a presente ação executiva a fim de cobrar de Inácio Pietrovsky a importância de Rs. 79\$200 (setenta e nove mil e duzentos réis), proveniente de imposto sobre exploração agrícola e pastoril correspondente aos exercícios de 1939, 1940 e 1941 (v. petição de fls. 2 e certidão de fls. 17).

Citado, o executado não efetuou o pagamento, nem ofereceu bens à penhora, pelo que se procedeu a esta, de acordo com a lei (V. auto de fls. 6).

Na prazo legal, o patrono do executado apresentou os embargos de fls. 10 e v., alegando que:

Preliminarmente: a certidão que instruíra o pedido da exequente não mencionava o livro, fôlha e data em que foi inscrita a dívida, não tendo sido, assim, observado o disposto no art. 2.º, letra d, do Decreto-lei n.º 960, de 17 de dezembro de 1938; e

No mérito:

a) é vedada a bitributação (Const. Fed., art. 24); e

b) o imposto sobre exploração agrícola e pastoril, que a exequente pretende cobrar do executado, não é senão, sob outro nome, o imposto territorial rural cuja decretação (Const. Fed., art. 23) é da competência exclusiva dos Estados (Const. Fed., art. 23, n.º I, letra a).

Com vista dos autos, a exequente impugnou os embargos (fls. 15 e 16), apresentando a certidão de fls. 17, em substituição à de fls. 3, e alegando o seguinte:

a) ela, exequente, de acordo com instruções do Departamento das Municipalidades, criou, pelo Decreto-lei n.º 2, de 31 de dezembro de 1938, o imposto "Produção Agrícola e Pastoril";

b) o referido imposto, por força do Decreto-lei n.º 1.804, de 24 de novembro de 1939, do Governo Federal, passou a denominar-se imposto sobre "Exploração Agrícola e Industrial";

c) o imposto em apreço não se confunde com o imposto territorial, porque este recai sobre o valor venal dos terrenos rurais, e aquele incide sobre o produto dos mesmos terrenos, não havendo, na espécie, bitributação; e

d) assim sendo, o imposto sobre "Exploração Agrícola e Industrial", cobrado por ela, exequente, não é inconstitucional.

Designados dia e hora para a audiência de instrução e julgamento, esta realizou-se à revelia do executado, tendo a exequente pedido que a penhora fosse julgada subsistente (V. termo de fls. 24). Assim relata a sentença com exatidão a espécie dos autos. O Dr. Juiz a quo, rejeitando a arguição de bitributação, porque um dos tributos postos em foco pelo litígio é da competência privativa dos Estados (Const. Fed., art. 23, n.º I, letra a), decidiu que o imposto sobre exploração agrícola e industrial e o imposto rural não se confundem porque incidem sobre objetos diversos; o primeiro, sobre o que a terra produz, e o segundo, sobre a terra em si (Dec. Est. n.º 55, de 1 de outubro de 1931, art. 1.º), mas, concluiu, por fundamento seu, que é inconstitucional o tributo em causa, por se tratar de imposto sobre a renda, que cabe, privativamente, à União (Const. Fed., art. 20, n.º I, letra c). A seu ver, o imposto sobre exploração agrícola e industrial não é senão, com outro nome, o imposto censual sobre a renda de imóveis rurais, que pertencia, na vigência da Const. Fed. de 1934, aos municípios (art. 13, § 2.º, n.º IV) e que a Constituição Fed. de 1937 transferiu da competência destes para a da União (artigos 28 e 20, n.º I, letra c). Julgou, destarte, improcedente a ação e, consequentemente, insubsistente a penhora. Da decisão recorreu, de ofício, na conformidade dos arts. 53 e 74, parágrafo único, do Decreto-lei n.º 960, de 17 de dezembro de 1938. A exequente interpôs agravo, que foi devidamente processado, tendo o Dr. Juiz a quo sustentado sua decisão de fls. 31v. a 32. Por acórdão de fls. 40, a Câmara Civil, acolhendo a preliminar suscitada pelo Exmo. Sr. Dr. Procurador Geral do Estado, mandou fosse o recurso *ex-officio* classificado como agravo. O Exmo. Sr. Procurador Geral do Estado acha, preliminarmente, que, "se o imposto sobre produção agrícola e industrial, como diz o Dr. Juiz a quo, não passa de imposto de renda disfarçado, constituindo,

pois, bitributação, falecia competência ao juiz para tal declarar, em face dos termos claros do art. 24 da Constituição, e, no mérito, que o imposto de exploração agrícola e industrial é, *constitucionalmente*, da competência dos municípios, em face do estatuído no art. 28 da Carta de 1937, por ter sido criado e transferido pelo Estado, e que, como esse imposto não se confunde com qualquer outro existente no País, por sua profunda e evidente deferenciação e finalidade, não há como se concluir pela sua inconstitucionalidade. Os autos foram remetidos pela Câmara Civil ao Tribunal Pleno, por ser dêste a competência para conhecer da questão de inconstitucionalidade de lei, *ex-vi* do art. 96 da Constituição Federal, e art. 3.º, n.º VIII, do Decreto-lei estadual n.º 614, de 2 de março de 1942 (Lei da Organização Judiciária).

Isto pôsto:

II. O egrégio Supremo Tribunal tem julgado, repetidas vêzes, que é o Poder Judiciário competente para se manifestar sôbre bitributação, vedada no art. 24 da Constituição Federal. Essa tese foi vitoriosa no Tribunal Pleno, ao julgar, em 1941, a matéria constitucional do recurso extraordinário número 4.207, entre partes, Bouchardet & Cia. Ltda. e o Estado de Minas Gerais. Apenas o Sr. Ministro Castro Nunes se manifestou contrário a êsse ponto de vista. A partir daquele julgado, essa tem sido, sôbre a matéria, a diretriz jurisprudencial do mais alto Tribunal do País". (A. Gonçalves de Oliveira, *com.* ao acórdão de 1.º de agosto de 1944. *Rev. de Direito Administrativo*, pág. 49). PONTES DE MIRANDA assim também pensa: "Contra a bitributação há o recurso judicial — mandado de segurança ou remédio processual comum. Além disso, podem os contribuintes pedir ao Conselho Federal que declare a bitributação e a suspensão do tributo estadual. (*Com. à Const. Fed.*, tomo I, pág. 568). O assunto comporta controvérsia. Entende o Sr. Ministro Castro Nunes que a matéria "é de política tributária e, por isso mesmo, o poder constituinte a retirou da competência do judiciário, submetendo-a, exclusivamente, ao Conselho Federal". A orientação do egrégio Supremo Tribunal merece seguida pelos seus fundamentos (arts. 101, n.º III, letra c, e 96 da Const. Fed.). Ao Poder Judiciário compete manifestar-se sôbre a inconstitucionalidade da lei em qualquer caso. "O Juiz ou o Tribunal se limitam à verificação da nulidade de uma lei local, quando contestada em face da Constituição, declarando apenas a inconstitucionalidade da lei, se tal se julgar". "Não se desconhece, para infringir, o poder do Senhor Presidente da República, que continua o *único competente para declarar a bitributação, mantendo o tributo que deve prevalecer com suspensão do outro.*" Duas leis emanadas, uma da União e outra do Estado, sôbre a mesma matéria tributária, podem ser constitucionais quanto ao poder de elaboração, mas da aplicação simultânea delas resulta manifestamente uma atividade inconstitucional, cuja situação pode ser apreciada em ação judicial. Por êsse prisma, de ato flagrantemente contrário à norma constitucional, ao Poder Judiciário também assiste competência para se manifestar sôbre o assunto, tal como na Constituição de 34. Na Carta de 1937, o art. 24 precisa ser harmonizado com as atribuições que a mesma Constituição confere ao Poder Judiciário. O caso *sub-judice*, entretanto, não está sujeito à solução de tal controvérsia, pois que a competência é incontestavelmente do Judiciário, uma vez que, *evidentemente*, não se trata de bitributação. O doutor Juiz a quo explica com exatidão: "a bitributação proibida em nosso direito é a que se define pela coexistência de dois impostos oriundos da competência concorrente facultada aos Estados e à União. Resolve-se pela prevalência do imposto federal, automaticamente, sem envolver o exame da constitucionalidade dos tributos, ambos os quais são pressupostamente constitucionais (CASTRO

NUNES, *Rev. Forense*, agosto de 1942, pág. 17, ensinamento êsse de que não diverge a opinião de PONTES DE MIRANDA).” Na espécie, há imposto de exclusiva competência do Estado (Const. Fed., art. 23, n.º I, letra a).

III. O imposto objetivado na ação é o sobre exploração agrícola e industrial. O Juiz, ainda com acêrto, decidiu não ser êsse imposto o territorial rural (que compete, privativamente, ao Estado) com outro nome, e, assim, inconstitucional, por contrário ao disposto no art. 23, n.º I, letra a, da Constituição de 10 de novembro de 1937. É evidente, diz o prolator da decisão, que o imposto sobre exploração agrícola e industrial e o imposto territorial rural não se confundem, porque incidem sobre objetos diversos: *o primeiro, sobre o que a terra produz e o segundo sobre a terra em si* (Decreto estadual n.º 55, de 1-10-1931, art. 1.º).

IV. O imposto em questão foi criado pelo Estado e transferido aos Municípios pelo Decreto-lei n.º 7, de 24 de dezembro de 1937. A sentença, em argumentação espontânea do seu signatário, conclui que o imposto em causa é inconstitucional por se confundir com o imposto sobre a renda, que cabe privativamente à União (Const. Fed., art. 20, n.º I, letra c). Aqui merece reformada a decisão recorrida. Como bem pondera o Exmo. Sr. Dr. Procurador Geral do Estado, aceitando a argumentação do representante da Fazenda Municipal, na primeira instância: — “o imposto sobre exploração agrícola e industrial recai sobre os produtos da terra, sejam êles transformados em valores ou não; produzam rendimentos e lucros para seus proprietários, ou não, calculando-se na base da produção média de cada alqueire, recaindo sobre sua produção.

O imposto de renda, regulado pelo Decreto-lei n.º 5.844, de 23-9-1943, incide sobre todos os rendimentos líquidos e globais que as pessoas físicas ou jurídicas venham a alcançar em suas atividades. Êsse imposto se calcula sobre o resultado da atividade daquelas pessoas, e aquêle incide na fonte”. Pela validade do imposto impugnado, e, no tocante à incidência de tal contribuição tributária, já por diversas vezes se têm manifestado os departamentos administrativos, com a aprovação do Sr. Presidente da República (*Diário Oficial*, 5 de junho de 1944, *Arquivos do Ministério da Justiça e Negócios Interiores*, n.º 5, fevereiro de 1944, pág. 183 e 185). E não é outra a orientação dada pelo egrégio Supremo Tribunal Federal, reconhecendo a competência constitucional do Estado para tributar o imposto de exploração agrícola e industrial, como se vê dos acórdãos de 1.º de agosto de 1942 e 21 de novembro de 1941 (*Diário Oficial, respectivamente, de 9 de novembro de 1944 e 10 de fevereiro do corrente ano*). Admissível a tributação estadual, por não serem idênticos o imposto de exploração agrícola e industrial e o imposto sobre a renda, e também constitucional a transferência do mesmo imposto ao Município, *ex-vi* dos arts. 181, 24 e 28 da Constituição Federal, insustentável se torna a inconstitucionalidade decretada.

Pelo exposto:

V. Acordam, em Tribunal de Apelação, dando provimento ao recurso *ex-officio* e ao agravo interposto pelo representante da exequente, julgar constitucional o imposto sobre exploração agrícola e industrial, e, conseqüentemente, procedente a presente ação e subsistente a penhora de fls. 6, mandando que se prossiga nos ulteriores têrmos.

Custas pelo executado.

Florianópolis, 7 de março de 1945. — *Medeiros Filho*, Presidente. — *Urbano Sales*, Relator. — *Alfredo Trompowsky*. — *Guilherme Abry*. — *Guedes Pinto*. — *Silveira de Sousa*. — Fui presente: *Ferreira Bastos*.

Foi voto vencedor o do Exmo. Sr. Des. Edgar Pedreira. — *Urbano Sales*.